Ata da reunião extraordinária nº 1594 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 12 de novembro de 2025.

No dia doze de novembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra. Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor, Prof. Dr. Airton José Petris e dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, João Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Alan Salvany Felinto, Miguel Belinatti Piccirillo, Inês Cristina de Batista Fonseca, Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Orlando Mendes Fogaça Junior, Rafael Eduardo Domingues Molinari e Maria Elisa Cestari. Ausências justificadas: Andréa Name Colado Simão, Carrie Chueiri Ramos Galvan e Aurélio Pereira. Convidados: Luiz Claudio Buzeti, Angela Maria Sousa Lima, Edmarlon, Sérgio Gerelus, Jeferson, Lisiane Freitas de Freitas e Alberto Duran Gonzalez. **I. ORDEM DO DIA. 1) Planejamento Estratégico Institucional - PEI - materiais na pasta do drive: https://drive.google.com/drive/folders/1P7oXdxXiB-mQXd51C33OeH9cYRUDnbaC (Relator: Prof. Dr. Sérgio Gerelus).** Prof. Gerelus retomou a discussão a partir do Objetivo 10. Ele relembrou que as discussões anteriores cobriram os sete primeiros objetivos, sendo os seis primeiros relacionados a atividades acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação, graduação) e o sétimo e o oitavo associados à acessibilidade, acesso e permanência com cultura e direitos humanos. A dinâmica seguiu a observação da meta e do indicador para posterior inserção de ações e estratégias. Objetivo 10 - Promover o engajamento das representações estudantis, de agentes universitários e da comunidade externa nos conselhos da universidade. Prof. Gerelus informou que este objetivo abrange todas as instâncias de representação estudantil, da comunidade externa (em alguns casos) e dos agentes universitários, como Conselho Universitário, Conselho de Administração, CEPE, Câmaras, Colegiados de cursos e Departamentos. Ele destacou a dificuldade em traçar metas, pois é complicado quantificar o engajamento. Há várias ações adotadas pelos conselhos para promover a participação, mas esta é a primeira vez que o tema surge em um planejamento estratégico. Meta 10.1 - Implantar estratégias institucionais que promovam o engajamento das representações estudantis, agentes universitários e da comunidade externa até 2028. Prof. Gerelus notou que essa versão não possui elemento de quantificação, e o cumprimento da meta ocorreria se uma,

duas ou três estratégias fossem implantadas. Ele propôs uma alternativa: "100% dos espaços com estratégias institucionais implantadas. Prof. Alan Felinto manifestou o desejo de que os alunos e agentes sejam cada vez mais representativos. Ele defendeu que a métrica deve ser mais efetiva e palpável, sugerindo que o foco deve ser a ocupação real dos espaços garantidos. Prof. Miguel Piccirillo considerou a meta importante e lembrou que a participação estudantil já foi mais constante, inclusive em reuniões departamentais. Ele sugeriu que a busca deve ser pela constância da participação, tanto de estudantes quanto da comunidade externa, e considera difícil encontrar uma forma de quantificar isso. Profª Laura Brandini concordou com a importância da pauta, mas destacou que a participação dos estudantes é flutuante e sazonal. Ela considera difícil estabelecer uma meta quantificável devido a essa variação. Prof. Gerelus explicou que a dificuldade de quantificação reside no fato de que o engajamento depende do envolvimento dos próprios representados. A métrica mais aberta sugere ter estratégias implantadas, e a variação seria se 100% dos conselhos e colegiados possuíssem estratégias. Ele listou exemplos de estratégias: fortalecimento do DCE (Diretório Central dos Estudantes), custeio para deslocamento, ou envio de informações. Profª Eloisa Rodrigues opinou que 100% dos conselhos deveriam ter estratégias, mas a meta deveria ser a avaliação da execução dessas estratégias. Ela expressou preocupação com a ausência de alunos em conselhos e departamentos, que muitas vezes só comparecem quando a pauta é de seu interesse. Profª Maria Elisa Cestari argumentou que ela acredita que a maioria dos conselhos não tem estratégias definidas, apenas convites e destacou o exemplo da Pró-Reitoria de Graduação, que criou um amparo específico para estudantes participarem do Conselho. Prof. João Zequi destacou que o exemplo da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), que criou um "amparo específico para os estudantes" para participarem de qualquer conselho (centro, departamento, câmara de graduação), é um "facilitador" e uma "estratégia de fato". Concordou que a maioria dos demais conselhos não possui estratégia, tendo apenas "convite, convocação". Argumentou que, ao ter que faltar às aulas para participar de uma reunião (como as do CA, que ocorrem em período de aula), o aluno prioriza o conteúdo que vai perder, e não o interesse coletivo da representação. Defendeu que a estratégia deve ser institucional, em vez de deixar cada conselho criar a sua e sugeriu que a UEL deve ir além do convite e da convocação. As estratégias institucionais devem incluir: reconhecimento e apoio (como o apoio concedido pela Prograd), canais de comunicação transparentes e permanentes, e capacitação e

formação de liderança de maneira imparcial, técnica e profissional, fortalecendo os direitos e deveres do movimento estudantil. Prof. Orlando Fogaça concordou com uma abordagem mais ampla, reconhecendo as diferentes realidades dos centros, e sugeriu que o início da formulação de estratégias parta dos colegiados e conselhos de centro. Profª Inês Fonseca manifestou que a forma de indicação dos representantes deveria ser debatida, baseando-se na experiência da gestão anterior em que houve a criação de um Grupo de Trabalho (GT) sobre representação estudantil, que tornou a representação mais flexível. Ela expressou que, em sua opinião, as representações estudantis dos conselhos, não têm que partir por indicação do DCE, elas têm que partir por indicação dos centros e citou que, embora o Centro de Ciências Agrárias (CCA) possua uma representação estudantil muito ativa, essa representação nunca chegou aos Conselhos. Atribuiu essa dificuldade ao que ela vê como uma "pauta partidária forte, socialista" do DCE, argumentando que o pensamento dos 13.000 estudantes não é uniformemente socialista. Concluiu que o caráter partidário do DCE dificulta a mobilização, e que a universidade conseguiria mobilizar melhor se as representações fossem feitas pelos centros. A Reitora respondeu que alterar essa forma de representação exige a mudança do Estatuto e do Regimento da universidade, um debate que precisa ser feito em um fórum específico com ampla participação dos estudantes, e não deve constar como meta neste planejamento. Profª Ângela Maria Sousa Lima defendeu o modelo regimental atual, que prevê a indicação por movimento social (DCE), garantindo o princípio democrático e a participação da sociedade nas instâncias de decisão. Lembrou que a liberdade partidária, garantida ao DCE, permite a defesa de ideias diferentes, sendo prudente não retirar essa liberdade com base em um momento histórico específico. Profª Laura acredita que a política faz parte da formação dos estudantes e enfatizou que a universidade não deveria tomar decisões sobre a representação estudantil sem a participação dos próprios envolvidos. Prof. Gerelus sugeriu e ficou acordada a manutenção da meta em sua forma mais geral, dada a necessidade de mais tempo para reflexão e o fato de haver outras etapas de debate. Objetivo 11: Ampliar e consolidar os mecanismos institucionais de permanência estudantil nos cursos de graduação e pós-graduação. Meta 11.1: Instituir o documento da política de permanência estudantil. Prof. João Zequi sugeriu incluir o SEBEC e Profª Laura sugeriu incluir as entidades estudantis nos setores responsáveis. Meta 11.2: Estruturar no mínimo 10 programas, núcleos e setores que atuam com permanência estudantil na instituição até 2028. Profª Ângela Maria Sousa Lima argumentou que a UEL já

possui 11 programas consolidados de Acesso-permanência, a saber: 1. segurança alimentar [RU]; 2. moradia estudantil; 3. auxílio permanência para graduação; 4. acesso à graduação por estudantes em situação de privação de liberdade; 5. Cursinho; 6. saúde mental; 7. NAC; 8. Inclusão digital [celulares e chips]; 9. acolhimento do serviço social; 10. apoio nutricional para graduandos/as e pós-graduandos/as; 11. empréstimo instrumental odontológico; 12. apoio pedagógico para graduandos/as [PROPE]; 13. acompanhamento de estudantes indígenas [pela CUIA]; 13. acesso às vagas da Educação Infantil; 14. Ludoteca; 15. NAFI [saúde física-mental]; 16. DASC [saúde]; 17; Clínica Psicológica, voltados aos/às estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. Acredita que a meta deveria ser mais ousada. Prof. Gerelus esclareceu que "estruturar" significa garantir a estrutura (física, recursos humanos, recursos) para os programas existentes, e não apenas criar. Profª Eloisa Rodrigues concordou, sugerindo que o texto fosse mais claro: "estruturar e fortalecer os programas já existentes". Ela citou a necessidade de melhoria no empréstimo de equipamentos para cursos como Arquitetura. Após discussão, ficou acordado incluir o fortalecimento e a menção aos programas já existentes no texto. Meta 11.3: "Implantar estratégias institucionais relacionadas à permanência na graduação e na pós-graduação até 2028". Prof. Gerelus informou que esta meta se destina a abrigar ações de menor volume ou que não estão vinculadas a programas e núcleos estruturados, como por exemplo, ajustes em resoluções. Profª Ângela Maria Sousa Lima apontou uma estratégia institucional de permanência já adotada e consolidada: o acompanhamento aos estudantes indígenas pela CUIA e o acesso às vagas da educação infantil (por edital, para estudantes da graduação e pós-graduação) como parte da permanência. Ela destacou que uma estratégia primordial da universidade, que é "marca" para o acesso aos programas, é a "análise socioeconômica por assistentes sociais". Essa análise destina os programas primeiramente às "pessoas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica", e ela questionou se isso se encaixaria na Meta 11.3. Prof. Gerelus concordou que o que a Profª Ângela citou poderia ser encaixado na Meta 11.3 como ação e confirmou que a análise socioeconômica e outras ações poderiam ser mencionadas como "uma ação da 11.3" no momento de constituição dessas ações. Profª Eloisa Rodrigues perguntou se o SEBEC e as entidades estudantis poderiam ser colocados na lista de setores responsáveis pela implantação das ações da Meta 11.3. Gerelus concordou em inserir o SEBEC. No entanto, em relação às entidades estudantis, ele ponderou que os setores responsáveis listados são

aqueles que são "instituídos de ponto de vista administrativo" e de quem se pode efetivamente "cobrar". Ele concordou em dialogar com Eloísa sobre quais entidades específicas poderiam ser incluídas, mas que a linha geral é a de responsabilidade administrativa. Objetivo 12: Expandir os mecanismos institucionais de acessibilidade. Meta 12.1: Projetar, implantar a expansão da acessibilidade estrutural e/ou materiais, de equipamentos e tecnológica em todo o campus até 2028. O indicador proposto é de 100% dos projetos e 60% de execução efetivada. O Conselheiro Rafael Molinari questionou sobre o percentual de acessibilidade já executado para entender se o número proposto de 60% era um avanço considerável. Prof. Gerelus reconheceu a importância do dado, mas informou que não o tinha disponível no momento da reunião. Indicou que a pessoa responsável por deter esse número é o Prof.Gilson Bergoc, que é quem faz os projetos e o acompanhamento. Ele explicou que é necessário considerar não apenas o que já está finalizado, mas também aquilo que já está em processo de implantação. Prof. Gerelus comprometeu-se a solicitar os dados junto ao Prof. Gilson para que o Conselho possa refinar a meta. Profª Maria Elisa Cestari reconheceu não ser especialista na área, mas informou ter bastante contatos por conta do NAC com assuntos relacionados a um novo conceito que é o desenho universal. Ela defendeu que a inclusão desse conceito serviria para modernizar um pouco o texto e explicou que o Desenho Universal se refere à "estruturação" pensada de forma acessível nos projetos, que visa a evitar a necessidade de "alterações específicas para uma coisa ou outra". Segundo ela, este conceito "vai além da equidade" (que é o ato de fazer ajustes para uma pessoa ou outra) e, ao ser aplicado, já se cria um espaço onde é possível evitar escadas e fazer projetos universais que qualquer pessoa possa ter acesso. A Reitora comentou que a universidade precisa estudar muito o Desenho Universal porque a instituição está "muito atrasada" na área. Ela reforçou que a UEL está agora em um processo mais efetivo de implementação de acessibilidade. Justificou o percentual de execução de 60% até 2028, proposto pelo setor técnico, em função dos grandes investimentos e dificuldades em finalizar obras estruturais. Mencionou que, somando os esforços para elevadores, rampas e calçamento, a universidade está com três processos em licitação que chegam a quase 7 milhões de reais, para além do que já foi feito. Ela sugeriu que a UEL deveria assumir isso como referência e lutar para que 60% estivessem efetivados dentro do prazo do planejamento estratégico. Prof. Orlando Fogaça destacou as dificuldades estruturais, citando o CEFE (Centro de Educação Física e Esportes) como exemplo de altos níveis e

escadas. Prof. João Zequi enfatizou que a acessibilidade deve incluir não apenas estrutura e tecnologia, mas também pessoal capacitado (monitores especializados). Ele defendeu que o ideal é 100% de inclusão, conforme a lei, mas reconheceu a dificuldade da estrutura antiga. Prof. Alan Felinto reconheceu a obrigação legal, mas apontou o desafio de conciliar isso com o planejamento e ressaltou o conflito entre o desejo e a realidade orçamentária. Sugeriu uma ação formal para lidar com as questões de acessibilidade. Destacou que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento institucional forte, de avaliação, que define os rumos da universidade e é aprovado por toda a comunidade e sugeriu que caberia protocolar um documento ao Estado, demonstrando as fragilidades. Esse é o nosso papel. A Reitora assegurou que o contato com o Estado já foi feito e como resultado, a universidade já obteve uma "encomenda governamental" e "disponibilização de recursos" para os projetos de acessibilidade. Ela destacou que todos os projetos de acessibilidade feitos até o momento estão mantidos ou foram mantidos pelo tesouro do estado, incluindo parte do PROINFRA destinada a essa finalidade. A Reitora reconheceu que não é tão simples chegar aos 100% de execução, mesmo que tenha recurso. Ela citou dificuldades como a equipe de projetos reduzida, a necessidade de contratar projetos externamente, e o fato de que empresas contratadas demoram um, dois anos para entregar o projeto e quando entrega ainda são projetos que precisam de revisão. Ela ressaltou que, por causa dessas dificuldades, embora possam colocar um ideal de atingir o 100% efetivado, a realidade impõe desafios. Profª Inês Fonseca citou a falta de elevador no CCA e propôs a criação de um sistema interno de transporte (van/aplicativo) para pessoas com dificuldades de mobilidade. Não havendo mais manifestações, ficou acordado que a meta seria mantida, mas foi solicitado que os dados atuais sobre o percentual de execução fossem apresentados na próxima rodada para refinar o número de 60%. A Reitora suspendeu a discussão do PEI para apresentar formalmente o Comitê de Direitos Humanos e Ações Afirmativas. Ela explicou que a criação veio após a negação do Estado em ampliar cargos para a instalação de uma Pró-Reitoria de Ações Afirmativas. O Comitê, coordenado pela Professora Paula Marques (Psicologia Social), busca profissionalizar a área, integrar ações existentes (SEBEC, NEAB etc.) e padronizar critérios de bancas de heteroidentificação. Ela também apresentou Fátima Beraldo, que trabalha de forma voluntária no acompanhamento das bancas e para quem está sendo solicitada a disposição funcional da Prefeitura de Londrina. Profª Ângela Maria Sousa Lima, solicitou que Paula e Fátima pudessem usar a palavra,

destacando a importância da iniciativa, que ecoa a experiência da UNEB (Universidade Estadual da Bahia), que começou com apenas três pessoas. Fátima Beraldo agradeceu a oportunidade de se dirigir ao Conselho, destacando a natureza inédita da negociação com a prefeitura. Enfatizou que a formalização do Comitê representa a continuidade de um trabalho em rede que já vinha sendo realizado. Destacou que o trabalho em rede no município de Londrina envolve a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Prefeitura Municipal e o Ministério Público, por meio do grupo de trabalho de combate ao racismo desde 2015/2016. Mencionou que, no momento, estão discutindo um plano de trabalho para receber o primeiro recurso do Estado pelo Conselho da Promoção da Igualdade Racial, projeto este que foi construído com o apoio do "setor de planejamento da universidade" e realizado em Cascavel, abrangendo todo o Paraná. Encerrou, agradecendo novamente a confiança da universidade e expressou a esperança de poder contribuir com esse processo e para a implantação das políticas e ações afirmativas que com certeza será um sucesso. Profª Paula Marques descreveu o papel do Comitê em termos de articulação e mapeamento estratégico. Ela acredita que o comitê deve ser um lugar onde seja possível articular, mapear, dar conta dos diagnósticos já realizados. Ela informou ter mapeado todas as universidades estaduais do Brasil para entender as ações que elas têm relacionadas ao tema. Ela considerou que a UEL está no caminho certo, ainda que o passo seja pequeno, devido aos recursos e à organização disponível. Embora a universidade já tenha muitas ações e relatórios, ela apontou a falta de objetividade na gestão dessas iniciativas e destacou a necessidade de estabelecer prioridade, meta, indicadores e recursos. Ela reconheceu que o debate sobre prioridades pode ser um pouco mais amplo quando se pensa no tempo público da universidade. A função do Comitê é ajudar a articular, mapear, diagnosticar e dar uma estrutura com uma objetividade de política pública mesmo, uma certa racionalidade. A Profª Paula defendeu que os direitos humanos devem ser trabalhados de maneira prática e vinculados diretamente à permanência na universidade. Concluiu que, se há indicadores, o comitê pode avaliar o efeito disso. Agradeceu e expressou a esperança de ter outras oportunidades de detalhar o trabalho que está sendo realizado. A Reitora agradeceu a presença das professoras, informou que precisava se ausentar e passou a presidência da reunião ao Vice-Reitor, Prof. Airton José Petris, com a condição de que o debate fosse encerrado até as 17 horas. Prof. Gerelus retomou a discussão a partir da Meta 12.2. Meta 12.2: "Realizar anualmente, no mínimo, duas ações de formação específicas sobre

acessibilidade". O indicador seria a quantidade de ações de formação realizadas. Prof. João Zequi reforçou a importância da formação e sugeriu o envolvimento do NAC (Núcleo de Acessibilidade) e a inclusão na capacitação docente. Prof. Jeferson complementou que, apesar de o NAC realizar formações, a participação dos professores é pífia, o que leva à aprovação de alunos com deficiência sem o devido suporte pedagógico. Ficou acordado que a meta 12.2 será mantida para garantir a institucionalização e o acompanhamento das ações de formação. Meta 12.3: "Estruturar no mínimo 03 programas, núcleos ou setores que atuem pela expansão da acessibilidade até 2028". A Meta será mantida. Objetivo 13: Instituir a política de acompanhamento de egressos. Meta 13.1: "Elaborar, regulamentar, implementar programa de relacionamento e acompanhamento de egressos da UEL". O indicador é a Política de acompanhamento de egressos instituída. Prof. Gerelus informou que a política já estava em discussão e em tramitação quase na reta final. Ele destacou que a política é algo que a universidade já tem feito, especialmente na pós-graduação, mas ainda de modo incipiente na graduação. Uma vez instituída, fornecerá mecanismos para acompanhamento e direcionamento. O indicador de cumprimento será a política de acompanhamento de egressos instituída. Prof. João Zequi enfatizou que a política de acompanhamento de egresso é muito importante. Além da política em si, ele destacou a necessidade de interação com o egresso e concluiu defendendo que a interação é fundamental para o reconhecimento mútuo. Prof. Miguel Piccirillo lembrou que havia um cadastro funcional de egressos no passado e defendeu a necessidade de interação, chamando o egresso para palestras e eventos. Ele citou o sucesso da pós-graduação nesse acompanhamento. Profª Laura sugeriu a possibilidade de dialogar com a Alumni e o prof. Gerelus afirmou que a sugestão entraria como ação e que a primeira ação poderia ser nessa lógica de aproximação, deixando claro que, embora não entrasse diretamente na meta, ela entraria na ação muito claramente. Prof. Alan Felinto sugeriu que o indicador deveria ser quantificável, como aumentar em X% os egressos cadastrados para medir a eficácia da política. Em resposta à sugestão do Prof. Alan de incluir um indicador de desempenho palpável, como o aumento percentual de egressos cadastrados, Gerelus reconheceu a validade de uma meta quantitativa, mas apresentou a Meta 13.2, que se concentrava na estruturação de setores. Meta 13.2: "Estruturar no mínimo 02 programas, núcleos ou setores que atuem com relacionamento e acompanhamento de egressos" (um focado na graduação e outro na pós-graduação). Prof. Gerelus afirmou que a sugestão do Prof. Alan é uma possibilidade. Ele

mencionou que a pós-graduação já tem um setor que faz esse levantamento, incluindo informações sobre a Lei de Acesso à Informação. Ele contrastou isso com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), onde a ação de acompanhamento é mais técnica (como o pessoal de diploma) e não há um programa ou setor claro. Prof. Gerelus ressaltou que a sugestão inicial para o Objetivo 13 não focava no número de cadastros, mas sim na estruturação desses dois programas. No entanto, ele abriu a discussão para que fosse criada uma terceira meta (13.3), a fim de atender à sugestão do Prof. Alan. Ele fez a "provocação" final ao Conselho, perguntando se gostariam de seguir o roteiro já apresentado (Meta 13.1 e 13.2) ou incorporar a Meta 13.3 (quantitativa), que tratasse especificamente do número de egressos cadastrados e acompanhados. Ficou acordado que a meta 13.2 seria mantida e que uma Meta 13.3 quantitativa seria redigida. Objetivo 14: "Elaborar, regulamentar e implementar o plano de arte e cultura da UEL". Meta 14.1: Implementar plano de arte e cultura na UEL. O indicador é o plano implementado. Prof. Gerelus esclareceu que, embora existam muitas ações, o plano formal e sistemático ainda não existe, sendo esta, uma demanda do PDI. Ele esclareceu que não foi usada a sugestão de instituição do plano de arte de cultura, mas sim a implementação do plano de arte de cultura. Segundo ele, quando se trata de um plano, que possui uma lógica de planejamento estrutural de curto prazo, utiliza-se a ideia de "implementar", pois assim você organiza e implementa. O indicador de cumprimento, neste caso, seria o plano de arte e cultura implementado. Ele confirmou que este objetivo está mencionado explicitamente no PDI no Objetivo 14 como um desdobramento. O texto do objetivo no PDI já traz o enunciado de "elaborar, regulamentar, implementar o plano de arte e cultura". Prof. Alan Felinto enfatizou a sinergia entre as três metas do Objetivo 14 (Plano, Projetos e Parcerias). Ele classificou o plano de arte e cultura como uma agenda positiva que irá proporcionar esses resultados naturalmente. Sugeriu que a UEL pode ser protagonista da cultura aqui de Londrina mesmo e concluiu que as metas 14.1, 14.2 e 14.3 estão altamente conectadas. Prof. Gerelus esclareceu a distinção entre ações isoladas e um plano sistemático. Ele afirmou que, na prática, a UEL não tem um plano de arte e cultura estruturado e implementado. Ele explicou que, embora existam setores que trabalham com cultura (como a Casa de Cultura, Rádio e TV), estes seguem diretrizes e regulamentos próprios desses órgãos. O que falta é um plano que organize isso de modo sistemático. A meta, portanto, é a necessidade de "elaborar e implementar". Profª Laura Brandini considera a meta oportuna para organizar as ações culturais na universidade. Meta 14.2: "Ampliar em

5% ao ano o número de projetos de pesquisa, ensino e extensão relacionados a arte e cultura". Prof. Gerelus informou que atualmente é difícil mensurar o número de projetos devido à falta de padronização nos sistemas da PROEX, PROGRAD e PROPPG. Explicou que 5% é um patamar inicial, que pode ser revisado após a consolidação dos dados de base. Meta 14.3: "Formalizar no mínimo 10 parcerias com órgãos públicos e entes privados com foco na promoção da arte e cultura até o final de 2028". Prof. Gerelus observou que o número sugerido de 10 parcerias pode ser baixo e que a universidade pode chegar bem mais do que isso. Ele citou exemplos de unidades que já fazem parcerias culturais, como o Museu Histórico, o NDPH e a Casa de Cultura. Enfatizou que a inclusão dessa meta no PDI força a universidade a ter um setor ou um foco para acompanhar aquele número de parcerias. Ele citou a dificuldade atual de rastrear acordos. Prof.ª Maria Elisa salientou a necessidade de incluir um diagnóstico de situação como a primeira ação a ser realizada para estabelecer uma base de comparação. Prof. Gerelus concordou plenamente com a sugestão da Profª Elisa e afirmou que a ação primeira é essa. Com o diagnóstico como a primeira ação, a universidade terá uma ação objetiva para fazer e conseguirá fazer a medida necessária. Prof. Alan Felinto apoiou as metas de cultura, vendo o plano como uma agenda positiva que naturalmente facilitará parcerias e projetos. Profª Inês Fonseca sugeriu que na hora de cadastrar ou capacitar os projetos, a universidade deveria incluir parâmetros como as ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Ela defendeu que essa inclusão seria aplicada à área da cultura, de modo que, ao preencher os formulários, a própria pessoa que submete o projeto identifique essas conexões. Ela concluiu que a inclusão desses parâmetros de arte e cultura nos formulários seria essencial para que a universidade pudesse rastrear e medir as ações culturais (e de ODS). Após discussão a meta foi considerada aprovada, com o compromisso de incluir a ação de diagnóstico de situação. Às 17h, o Prof. Airton José Petris encerrou a reunião, informando que a discussão seria retomada no próximo encontro a partir do Objetivo 15. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Marta Regina Gimenez Favaro _____
Reitora

Airton José Petris _____
Vice-Reitor

Laura Taddei Brandini _____
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antonio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alex Eduardo Gallo _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Miguel Belinati Piccirillo _____
Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues _____
Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Orlando Mendes Fogaça Júnior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Rafael Eduardo Domingues Molinari _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Maria Elisa Cestari _____
Representando a Pró-Reitoria de Graduação